



PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER Nº 788

VETO Nº 36 AO PROJETO DE LEI Nº 14.764/2025

PROCESSO Nº: 6.408

Trata-se de **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei nº 14.764/2025, de autoria do Vereador **Madson Henrique do Nascimento Santos**, que prevê afixação, em repartições públicas e terminais de transporte coletivo, de cartazes informativos sobre a Lei Estadual nº. 13.541/2009, que proíbe o uso de cigarros e demais produtos fumígenos em ambientes de uso coletivo.

O Executivo alega que a matéria do mencionado Projeto de Lei se trata de mera repetição de comandos normativos já vigentes e obrigatórios inexistindo inovação legislativa e, conseqüentemente, não havendo ganhos para a população.

É o relatório.

1 – PARECER:

Após a reavaliação dos autos por esta Procuradoria Legislativa, verifica-se que o Projeto de Lei nº 14.764/2025 não configura reprodução integral da Lei Federal, mas sim um legítimo exercício da competência legislativa suplementar municipal, prevista no artigo 30, II, da Constituição Federal.

De início, a Lei Orgânica do Município de Jundiaí, em seus arts. 6º, XXIII, 13, I, e 45, em consonância com os arts. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, reconhece a competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local, bem como suplementar a legislação federal e estadual. A iniciativa parlamentar é legítima, pois o projeto não cria cargos, não altera regime jurídico de servidores nem reorganiza estrutura administrativa, situações que exigiriam iniciativa exclusiva do Executivo.

O veto foi fundamentado na alegação de ilegalidade e inconstitucionalidade, sob o argumento de que o projeto configuraria mera repetição de norma estadual (Lei Estadual nº





13.541/2009), extrapolando a competência suplementar do Município e violando o princípio federativo.

Entretanto, a análise comparativa feita por esta Procuradoria demonstra que o Projeto de Lei 14.764/2025 constitui um legítimo e necessário exercício da competência legislativa suplementar municipal, complementando a norma estadual.

Embora a Lei Estadual nº 13.541/2009 já exija a afixação de avisos em locais de uso coletivo, o seu art. 2º, § 3º, limita-se a prever a indicação de telefone e endereço dos órgãos estaduais de vigilância sanitária e defesa do consumidor. O Projeto de Lei nº 14.764/2025, em contrapartida, detalha a obrigação, determinando que o cartaz contenha o site de denúncia eletrônica e a possibilidade de inclusão de um QR CODE para acesso direto ao canal.

***Artigo 2º** - Fica proibido no território do Estado de São Paulo, em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco.*

***§ 3º** - Nos locais previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo deverá ser afixado aviso da proibição, em pontos de ampla visibilidade, com indicação de telefone e endereço dos órgãos estaduais responsáveis pela vigilância sanitária e pela defesa do consumidor.*

***Art. 1º.** Fica determinada a afixação de cartazes informativos sobre a Lei Estadual nº. 13.541, de 7 de maio de 2009, nos prédios das repartições públicas municipais e nos terminais de transporte coletivo, com o objetivo de divulgar a proibição do uso de cigarros e demais produtos fumígenos em ambientes de uso coletivo, total ou parcialmente fechados.*

***Art. 2º.** Os cartazes deverão conter, obrigatoriamente:*

***I-** A seguinte mensagem: “É proibido fumar neste local, conforme a Lei Estadual nº 13.541/2009. Denúncias podem ser*





feitas pelo site
https://leiantifumo.saude.gov.br/index_publico.jsp;

II – símbolo indicativo de proibição de fumar, de fácil visualização;

III – nome e número da Lei Estadual;

Essa determinação não é mera repetição, mas sim uma adaptação crucial da norma à realidade e às facilidades tecnológicas contemporâneas, o que demonstra o interesse local preponderante. A inclusão do *QR CODE* e do link eletrônico moderniza e torna o mecanismo de denúncia mais eficiente e acessível à população de Jundiaí, especialmente nos terminais de transporte coletivo, onde, conforme a justificativa do Projeto, há registro de desrespeito à legislação.

O projeto de lei atua, portanto, em estrita observância à competência constitucional. A competência suplementar do Município não se restringe a preencher lacunas, mas abrange o detalhamento da legislação federal e estadual para adaptá-la às necessidades locais.

Nesse sentido, a Suprema Corte já consolidou o entendimento de que a competência suplementar autoriza, além da supressão de eventuais lacunas, a previsão de normas destinadas a complementar a norma geral e a atender suas peculiaridades locais, o que legitima a iniciativa do Município de Jundiaí em detalhar e modernizar o mecanismo de divulgação e denúncia (com o uso de *QR CODE* e link eletrônico) para garantir a efetiva implementação da Lei Antifumo nos seus espaços de interesse local.

“além da supressão de eventuais lacunas, a previsão de normas destinadas a complementar a norma geral e a atender suas peculiaridades locais, respeitados os critérios (i) da preponderância do interesse local, (ii) do exaurimento dos efeitos dentro dos respectivos limites territoriais até mesmo para se prevenir conflitos entre legislações estaduais potencialmente díspares e (iii) da vedação da proteção insuficiente”.

(STF, ADI 5.224/SP, Tribunal Pleno, Rel. Min. Rosa Weber, 09/03/2022, DJe 17/03/2022).





Não obstante, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo entende que os municípios possuem competência suplementar para legislar e atuar em matérias de competência concorrente, como saúde pública, direito econômico ou trânsito, desde que o façam para atender as peculiaridades locais e harmonizar o serviço, sem usurpar ou ofender o Pacto Federativo.

*Direta de Inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 9.899, de 03 de março de 2023, do Município de Jundiaí. Vedação da comercialização de cobre queimado sem a comprovação da origem lícita do material. Competência legislativa concorrente federal, estadual e distrital sobre a matéria – Direito Econômico, **reconhecida a possibilidade de o Município legislar no âmbito de sua competência suplementar**. Ausência de violação ao artigo 144, da Constituição do Estado de São Paulo. Precedentes deste C. Órgão Especial . Ação improcedente.*

(TJ-SP - Direta de Inconstitucionalidade: 22618365320238260000 São Paulo, Relator.: Damião Cogan, Data de Julgamento: 14/08/2024, Órgão Especial, Data de Publicação: 16/08/2024)

*Ação direta de inconstitucionalidade – Lei Complementar n. 769, de 22 de março de 2018 do Município de Atibaia que "regulamenta as atividades profissionais de mototáxi e motofrete (motoserviços) no Município de Atibaia – Parâmetro de reprodução obrigatória pelos Estados – Tema 484 em repercussão geral – Inocorrência de Usurpação da competência privativa da União para legislar sobre trânsito, transporte (artigos 22, incisos IX, XI da Constituição Federal), combinado com o artigo 144 da Constituição do Estado de São Paulo – **Competência suplementar dos Municípios de legislar conforme a legislação federal acerca do tema (Lei n. 12.009/2009, Resolução 943/2022 do CONTRAN) e observadas as peculiaridade locais** – Suplementação municipal que visa harmonizar os Poderes e não ofensa ao Pacto Federativo – Artigos 1º, 2º, 3º, 5º, incisos I, II e V que reproduzem normas federais – Artigos 5º, parágrafo único ao 9º; 12 a 17 da Lei*





Complementar 769/2018 que se compatibilizam com o regramento federal, ao regulamentarem a matéria, organizarem o serviço e agirem em estrito exercício do poder de polícia municipal – Pedido julgado improcedente neste ponto – Inconstitucionalidade da expressão "com sede no Município" contida no caput do artigo 4º; inciso III do artigo 5º; artigo 10 e 11 da Lei Complementar n. 769, de 22 de março de 2018 do Município de Atibaia e, por arrastamento, do inciso III dos artigos 4º, artigo 10 e 11 da Lei Complementar n. 501, de 13 de julho de 2006 do Município de Atibaia – Restrição desarrazoada e desproporcional ao exercício das profissões – Ofensa à livre concorrência, livre iniciativa e livre mercado – Ação julgada procedente em parte.

(TJ-SP - Direta de Inconstitucionalidade: 2196252-39.2023.8.26.0000 São Paulo, Relator: Marcia Dalla Déa Barone, Data de Julgamento: 06/03/2024, Órgão Especial, Data de Publicação: 07/03/2024)

Dessa forma, resta devidamente comprovado que o Projeto de Lei constitui um legítimo exercício da competência suplementar municipal, e não mera repetição de norma estadual, concluindo-se, portanto, pela legalidade e constitucionalidade da propositura.

2 – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, **opina-se pela rejeição total do veto oposto pelo Chefe do Executivo.**

O veto deverá ser encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, nos termos do art. 207 do Regimento Interno da Casa.

Em conformidade com a Constituição da República e a Lei Orgânica de Jundiaí, a Câmara deverá apreciar o veto dentro de 30 dias, contados de seu recebimento, só podendo rejeitá-lo pelo voto da maioria absoluta dos seus membros (art. 66, § 4º, C.F., c/c art. 53, § 2º, L.O.J.). Exaurido o prazo sem deliberação, o veto será pautado para a Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas todas as demais proposições, até sua votação final, ressalvadas as matérias do “caput” do art. 62 da Constituição Federal, c/c art. 53, § 3º da Carta Municipal.





Jundiaí, 04 de dezembro de 2025.

Pedro Henrique Oliveira Ferreira

Procurador-Geral

Jesiel Henrique Sueiro

Procurador Jurídico

Ana Flávia Silva Aguilar

Procuradora Jurídica

Ester Vitoria de Jesus Moraes

Estagiária de Direito

Ana Luiza Canalli Balsamo

Estagiária de Direito

Alday Alves Vieira

Estagiária de Direito

Stephany Vitória Traldi de Souza

Estagiária de Direito

